35º SIMULADO OAB 2016.1

17 DE JUNHO DE 2016

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9h20 e encerramento às 12h20. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h20. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:50hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 17/jun e extinguir-se-á às 13hs do dia 20/jun. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 22/jun.
13. O resultado oficial será enviado por e-mail até às 18hs do dia 22/jun.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 17/jun | 9h20 - 12h20 | Simulado |
| 17/jun | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 20/jun | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 22/jun | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 22/jun | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. Para os fins da Lei 8987/1995 que disciplina as concessões e permissões de serviços públicos:**

(A) no conceito de poder concedente inclui-se a União, o Estado e o Distrito Federal, pois trata-se de competência concorrente.

(B) as concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.

(C) a concessão de serviço público não pode ser precedida da execução de obra pública.

(D) a permissão de serviço público importa em ato administrativo vinculado e precário.

**2. Sobre os atos administrativos e procedimentos administrativos, conforme o que dispõe a Lei 9784/1999, assinale a alternativa incorreta.**

(A) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

(B) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

(C) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pelo Poder Judiciário.

(D) Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

**3. Sobre as regras previstas na Lei 8429/1992, assinale:**

(A) hoje, por perda de vigência da MP 703/2015, há impedimento a acordos na lei de improbidade.

(B) as ações de improbidade prescrevem de uma forma geral em 3 anos.

(C) as ações de improbidade são de legitimidade exclusiva do Ministério Público Federal.

(D) a improbidade importa em responsabilidade penal, segundo a posição majoritária da doutrina e jurisprudência pátria.

**4. Sobre os bens públicos:**

(A) são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

(B) as praças são bens de uso especial.

(C) os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são alienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

(D) os bens públicos dominicais não podem ser alienados.

**5. Sobre os conceitos das modalidades licitatórias, assinale a alternativa incorreta:**

(A) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

(B) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

(C) Leilão é a modalidade de licitação entre interessados cadastrados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis previstas no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

(D) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

**6. Sobre os contratos administrativos:**

(A) em nenhuma hipótese podem ser verbais.

(B) não podem ser rescindidos por decisão judicial.

(C) podem ser rescindidos de forma unilateral.

(D) só pode ser rescindido de forma bilateral.

**7. Sobre as autarquias:**

(A) os conselhos profissionais (exemplo o CREA) são autarquias segundo decisão do STF.

(B) são criadas por autorização em lei.

(C) seus agentes são empregados públicos.

(D) não podem ter nenhum benefício fiscal.

**8. Sobre a responsabilidade civil no Direito Administrativo, assinale a alternativa incorreta.**

(A) Nos contratos administrativos o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

(B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

(C) Quanto aos servidores públicos federais, a responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

(D) O Direito Administrativo brasileiro, não tolera a tese da responsabilidade civil do Estado por omissão.

**9. Sobre as regras constitucionais pertinentes aos agentes públicos e seu acesso ao serviço público, marque a incorreta:**

(A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis exclusivamente aos brasileiros.

(B) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

(C) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

(D) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos serão convocados com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

**10. Na forma do que estabelece a Lei 8112/1990:**

(A) o servidor para ser reintegrado independe de estabilidade.

(B) o candidato aprovado em concurso, após ser nomeador deve entrar em exercício no prazo de 30 dias sob pena de demissão.

(C) o termo de posse independe de inspeção médica.

(D) desde que atenda as exigências legais, o servidor aposentado pode retornar ao serviço.

**Constitucional**

**11. Sobre o controle de constitucionalidade brasileiro, é correto afirmar que:**

(A) Os partidos políticos, ainda que apresentem representação no Congresso Nacional quando do ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade, devem manter tal representação ao longo de toda a tramitação do feito, sob pena de extinção do processo sem apreciação do mérito.

(B) É vedado ao Superior Tribunal de Justiça o exercício do controle difuso de constitucionalidade, na medida em que tal tribunal tem a função de garantir a inteireza da legislação federal infraconstitucional.

(C) A ADPF é admissível ainda que haja qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.

(D) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

**12. Letícia, com 18 anos de idade, deseja, pela primeira vez, concorrer para o cargo de Vereadora em Município que pertence ao mesmo Estado no qual seu pai é Deputado Estadual. Neste caso, segundo a Constituição, Letícia:**

(A) poderá concorrer ao pleito, mas, se vencer as eleições, seu pai não poderá se reeleger no mesmo Estado de jurisdição da filha.

(B) poderá concorrer ao pleito, pois possui idade suficiente para se eleger Vereadora e não incide em caso de inelegibilidade reflexa em relação a seu pai.

(C) não poderá concorrer ao pleito, pois incide em caso de inelegibilidade reflexa pelo fato de seu pai ser Deputado Estadual no mesmo território de jurisdição em que deseja se eleger.

(D) não poderá concorrer ao pleito, pois não possui idade suficiente para se eleger Vereadora.

**13. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá:**

(A) requerer, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, que este avoque o julgamento da matéria para sua competência.

(B) solicitar, perante o Tribunal Superior do Trabalho, após a contestação do réu, que este avoque o julgamento da matéria para sua competência quando a violação decorrer de relação de trabalho.

(C) suscitar, perante a Justiça Federal, após a contestação do réu, incidente de deslocamento de competência para o Superior Tribunal de Justiça.

(D) suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

**14. Considerando o que está previsto pela Constituição da República, assinale a assertiva correta:**

(A) É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar, exceto em tempo de guerra declarada pelo Presidente da República, após autorização do Congresso Nacional.

(B) A criação de partidos políticos deverá respeitar o princípio do bipartidarismo democrático.

(C) É livre a criação e extinção de partidos políticos de âmbito nacional ou regional.

(D) Os partidos políticos devem estabelecer em seus estatutos, normas de fidelidade partidária.

**15. Considerando o que está previsto pela Constituição da República, assinale a assertiva INCORRETA:**

(A) A proposta de emenda à constituição, para ser aprovada, deve ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

(B) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

(C) A Constituição também poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, desde que cada uma delas se manifeste neste sentido, pela maioria relativa de seus membros.

(D) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos presidenciais e resoluções.

**16. Acerca da organização político-administrativa brasileira, assinale a opção correta.**

(A) Os municípios, em simetria com os estados, possuem governos próprios autônomos e desempenham as funções dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

(B) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados e o DF, mas excetua os municípios e territórios federais devido ao fato de estes não possuírem Constituição própria.

(C) No âmbito da competência legislativa concorrente, não poderão os estados-membros editar leis estaduais com normas específicas enquanto a União não editar normas gerais acerca da matéria.

(D) A repartição de competências, prevista na CF, pode ser classificada em dois grupos: competência material ou não legislativa, e competência legislativa.

**17. Caso o presidente da República cometa crime de responsabilidade, tal conduta desencadeará um procedimento bifásico, que se iniciará com a fase do juízo de admissibilidade, seguida por uma fase final, na qual transcorrerão o processo e o julgamento. Tais fases se darão, respectivamente,**

(A) no STJ e no STF.

(B) na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

(C) na Câmara dos Deputados e no STF.

(D) no Senado Federal e no STF.

**18. Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária exercida pelo Poder Legislativo, assinale a opção correta.**

(A) Os ministros do TCU gozam das mesmas garantias e prerrogativas dos ministros do STF e sujeitam-se aos mesmos impedimentos a estes impostos.

(B) Nos termos da CF, somente prestarão contas pessoas jurídicas de direito público, ante a impossibilidade de punição de particulares, ainda que estes administrem bens públicos.

(C) É competência exclusiva do TCU julgar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República.

(D) Qualquer cidadão que tiver ciência de irregularidades na gestão de dinheiro público poderá fazer a denúncia diretamente ao TCU.

**19. As ações do controle concentrado de constitucionalidade inauguram o que a doutrina denomina de “processo objetivo”. Sobre as características desse processo, assinale a alternativa incorreta:**

(A) Não é possível desistir do pedido, já que a proteção da Constituição Federal é matéria de ordem pública.

(B) Não se admite a intervenção de terceiros.

(C) A decisão final é irrecorrível, não sendo cabíveis nem mesmo os embargos de declaração.

(D) Não é admissível a formação de litisconsórcio no polo ativo da demanda, exceto entre os próprios legitimados à propositura da ação.

**20. Assinale a opção correta a respeito do controle de constitucionalidade.**

(A) O Superior Tribunal de Justiça (STJ) pode realizar controle de constitucionalidade, deixando de aplicar leis e atos normativos que repute incompatíveis com a CRFB/88.

(B) O descabimento de ação direta de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade justifica, por si só, o cabimento de ação de descumprimento por preceito fundamental.

(C) A CF estabelece a possibilidade de deferimento de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade interventiva federal.

(D) Qualquer pessoa lesada ou ameaçada por ato do poder público pode propor arguição de descumprimento de preceito fundamental.

**Deontologia**

**21. Um bacharel em Direito, aprovado no Exame de Ordem, fez sua inscrição principal no Quadro de Advogados da OAB-RJ, ficando assim apto e credenciado para:**

(A) Patrocinar habitual e ilimitadamente qualquer causa, porém apenas dentro do Estado do Rio de Janeiro.

(B) Patrocinar habitual e ilimitadamente qualquer causa em qualquer Estado do Brasil.

(C) Patrocinar habitual e ilimitadamente qualquer causa no Estado do Rio de Janeiro e nos Estados vizinhos/limítrofes.

(D) Patrocinar habitual e ilimitadamente qualquer causa no Estado do Rio de Janeiro e um número limitado de causas em qualquer outro Estado do Brasil.

**22. Um advogado, que já sofreu uma punição da OAB-RJ (censura), foi destituído pelo cliente no curso do processo que patrocinava. Alegando que o cliente não quer pagar os seus honorários, retém valores e documentos do mesmo cliente, recusando-se a prestar-lhe contas do mandato. Pergunta-se: Por tal atitude, que punição disciplinar pode ser aplicada àquele advogado?**

(A) Suspensão, pelo prazo de 30 dias a doze meses.

(B) Suspensão, pelo prazo de mínimo de 30 dias e perdurando até que preste as contas devidas, podendo ser cumulada com multa de uma a dez anuidades.

(C) Exclusão do Quadro da OAB-RJ.

(D) Nova pena de censura, porém cumulada com a multa de uma a dez anuidades.

**23. Encerrado o processo e concluído o seu mandato, o advogado revelou, sem justa causa, um segredo que lhe foi confidenciado pelo Cliente. Pergunta-se: O que pode acontecer com aquele advogado?**

(A) Será apenas punido disciplinarmente pela OAB.

(B) Será punido disciplinarmente (pela OAB) e criminalmente, sem mais consequências.

(C) Será punido disciplinarmente e criminalmente, além de ficar obrigado a reparar o dano causado.

(D) Não sofrerá qualquer punição, uma vez que ele já havia concluído o seu mandato e, portanto, não tinha mais relação com o cliente.

**24. Qual das hipóteses abaixo que, se praticada por um advogado, constituirá uma lide temerária?**

(A) Estabelecer os seus honorários advocatícios em valor inferior à Tabela de Honorários da OAB.

(B) Propor Reclamação Trabalhista, pleiteando o pagamento das verbas resilitórias em nome de seu cliente-empregado dispensado pela empresa e que recebeu da mesma todas as verbas trabalhistas devidas.

(C) Estabelecer os seus honorários advocatícios em valor muito superior à Tabela de Honorários da OAB.

(D) Propor, equivocadamente, uma ação de reintegração de posse, quando a ação correta é a de manutenção de posse.

**25. Esculápio, advogado, inscrito, há longos anos, na OAB, após aprovação em Exame de Ordem, é surpreendido com a notícia de que o advogado Sófocles, que atua no seu escritório em algumas causas, fora entrevistado por jornalista profissional, tendo afirmado ser usuário habitual de drogas. A entrevista foi divulgada amplamente. Após conversas reservadas entre os advogados, os termos da entrevista são confirmados, bem como o vício portado. Não há acordo quanto a eventual tratamento de saúde, afirmando o advogado Sófocles que continuaria a praticar os atos referidos.**

**Diante dessa narrativa, à luz da legislação aplicável aos advogados, é correto afirmar que:**

(A) não há penalidade prevista, uma vez que se trata de questão circunscrita à Saúde Pública.

(B) o advogado pode ser excluído dos quadros da OAB.

(C) a sanção disciplinar se aplica a eventual uso de drogas.

(D) no caso em tela, há sanção disciplinar aplicável.

**26. Os advogados Pedro e João desejam estabelecer sociedade de advogados com o fito de regularizar o controle dos seus fluxos de honorários e otimizar despesas. Estabelecem contrato e requerem o seu registro no órgão competente. À luz da legislação aplicável aos advogados, é correto afirmar que:**

(A) é possível a participação de advogados em sociedades sediadas em áreas territoriais de seccionais diversas.

(B) o Código de Ética não se aplica individualmente aos profissionais que compõem sociedade de advogados.

(C) podem existir sociedades mistas de advogados e contadores.

(D) a procuração é sempre coletiva quando atuante sociedade de advogados.

**27. Hércules, advogado recém-formado, é procurado por familiares de uma pessoa que descobriu, por vias transversas, estar sendo investigada em processo sigiloso, mas não tem ciência do objeto da investigação. Sem portar instrumento de procuração, dirige-se ao órgão investigador competente para obter informações, identificando-se como advogado do investigado. A autoridade competente, em decisão escrita, indefere o postulado, por estar ausente o instrumento do mandato e, ainda, ser a investigação sigilosa. Diante dessas circunstâncias, à luz da legislação aplicável, é correto afirmar que:**

(A) o acesso a processo sigiloso é possível aos advogados somente quando requeiram a prática de ato.

(B) o acesso dos advogados dos interessados a processos sigilosos romperia com a proteção que eles mereceriam.

(C) o processo sigiloso é acessível a advogado portando instrumento de mandato.

(D) mesmo sem urgência, a atuação do advogado poderia ocorrer, sem mandato, em processo sigiloso.

**28. O advogado Walter recebe correspondência eletrônica relatando fatos que o seu cliente apresentou como importantes para constar em processo judicial a ser iniciado. Expressamente, em outra mensagem também eletrônica, autorizou a utilização das informações nas peças judiciais. Proposta a ação, os fatos foram publicizados, vindo o cliente a se arrepender da autorização dada. Com isso, busca reverter a situação por ele criada. Diante da informação de que, uma vez nos autos processuais, não poderia haver retirada das petições apresentadas, ameaça o profissional com futura representação disciplinar. O cliente não negou ter autorizado a utilização das informações.**

**Diante de tal quadro, é correto afirmar que:**

(A) mesmo com autorização, fatos considerados confidenciais na relação cliente-advogado não podem ser divulgados judicialmente.

(B) as confidências epistolares são protegidas pela imunidade absoluta quanto à sua publicidade.

(C) essa divulgação depende de autorização judicial.

(D) ao advogado é permitida a divulgação de confidências, com autorização do cliente.

**29. Juvenal, estagiário regularmente inscrito nos Quadros da OAB, em processo no qual se encontra indicado como tal, retira do cartório os autos do processo, deixando de devolvê-los no prazo legal. Regularmente intimado, mantém a sua inércia.**

**Em termos disciplinares, é correto afirmar que:**

(A) o estagiário não sofre sanções disciplinares.

(B) o advogado responsável pelo estagiário é o destinatário das sanções nesse caso.

(C) não há diferença na atuação do estagiário e do advogado para efeito de sanções disciplinares.

(D) no caso em tela, não haverá qualquer sanção nem ao advogado nem ao estagiário.

**30. Túlio, advogado, é surpreendido ao praticar crime inafiançável, sendo preso em flagrante pela autoridade policial. A OAB é comunicada, e, por meio de membro da Comissão de Prerrogativas, acorre advogado ao local onde estão sendo realizados os trâmites procedimentais.**

**Nos termos das normas estatutárias, é correto afirmar que:**

(A) a prisão do advogado que demanda a intervenção da OAB é a originária do exercício profissional.

(B) o fato de a prisão atingir advogado indica a presença do representante da OAB.

(C) só a prisão determinada pelo juiz é que permite a participação dos representantes da OAB.

(D) a prisão preventiva é aquela que está circunscrita na atuação da OAB.

**Direito e Processo Penal**

**31. Quanto ao sursis processual (Lei n.º 9.099/95), assinale a alternativa correta.**

(A) Os requisitos previstos para a concessão da suspensão condicional da pena (CP, art. 77), também subordinam a proposta de suspensão condicional do processo.

(B) O benefício é incogitável após o encerramento da instrução criminal, pois, nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 1 (um) ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer denúncia, poderá propor a suspensão condicional do processo (art. 89, caput, da Lei n.º 9.099/95).

(C) O descumprimento das condições legais do sursis processual (Lei n.º 9.099/95, § 1º), constitui causa de revogação obrigatória do benefício.

(D) A aceitação do sursis processual impede que o acusado conteste, por qualquer meio, durante o período de prova, a falta de justa causa para a ação penal.

**32. Analise as afirmações:**

**I. Estendem-se aos escreventes judiciários as regras de suspeição dos juízes.**

**II. O juiz não poderá exercer a jurisdição em processo em que ele próprio tiver servido como testemunha.**

**III. O juiz dar-se-á por suspeito se for vizinho do réu.**

**Está correto o contido apenas em:**

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e III

(D) I.

**33. Nos crimes de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, esta será promovida por \_\_\_\_\_\_ do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ do Ministro da Justiça, ou de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.**

(A) ação pública – denúncia – requisição – representação

(B) ação privada – denúncia – representação – requisição

(C) Ação pública – queixa – representação – requisição

(D) Ação pública – denúncia – representação – requisição

**34. Levando em consideração as modificações trazidas pela Lei 11.719/08, assinale a alternativa correta.**

(A) O Código de Processo Penal admite a figura da citação com hora certa, tal como ocorre no Código de Processo Civil.

(B) O rito comum ordinário é o reservado aos crimes apenados com reclusão, independentemente do montante da pena para eles prevista.

(C) Na *mutatio libelli* (em que a denúncia descreve determinado fato, mas as provas apontam que o fato delituoso é diverso), o Ministério Público deverá, após encerrada a instrução probatória, aditar a denúncia no prazo de 5 (cinco) dias sob pena de se operar a preclusão temporal.

(D) O rito sumário é o reservado para as infrações penais de menor potencial ofensivo.

**35. Em processo sujeito ao rito ordinário, ao apresentar resposta escrita, o advogado requer a absolvição sumária de seu cliente e não propõe provas. O juiz, rejeitando o requerimento de absolvição sumária, designa audiência de instrução e julgamento, destinada à inquirição das testemunhas arroladas pelo Ministério Público e ao interrogatório do réu. Ao final da audiência, o advogado requer a oitiva de duas testemunhas de defesa e que o juiz designe nova data para que sejam inquiridas.**

**Considerando tal narrativa, assinale a afirmativa correta.**

(A) O juiz deve deferir o pedido, pois a juntada do rol das testemunhas de defesa pode ser feita até o encerramento da prova de acusação.

(B) O juiz não deve deferir o pedido, pois o desmembramento da audiência una causa nulidade absoluta.

(C) O juiz só deve deferir a oitiva de testemunhas de defesa arroladas posteriormente ao momento da apresentação da resposta escrita, se ficar demonstrado que a necessidade da oitiva se originou de circunstâncias ou fatos apurados na instrução.

(D) O juiz deve deferir o pedido, pois apesar de a juntada do rol de testemunhas da defesa não ter sido feita no momento correto, em nenhuma hipótese do processo penal, o juiz deve indeferir diligências requeridas pela defesa.

**36. Com relação ao princípio da legalidade, assinale a afirmativa incorreta.**

(A) Tal princípio se aplica às contravenções e medida de segurança.

(B) Tal princípio impede a criação de crimes por meio de medida provisória.

(C) Tal princípio impede incriminação genérica por meio de tipos imprecisos.

(D) Tal princípio impede a aplicação de analogia de qualquer forma no Direito Penal.

**37. Com relação às causas de exclusão de ilicitude, assinale a afirmativa correta.**

(A) O inimputável por não ter consciência de seu agir, não pode alegar legítima defesa.

(B) Aquele que mata um cachorro que o atacava por ordem de terceira pessoa, pode alegar a presença da excludente da legítima defesa.

(C) O agente que culposamente criou a situação de perigo, não pode alegar ter atuado em estado de necessidade para se livrar daquela situação perigosa.

(D) Aplicada a teoria da tipicidade conglobante, houve o esvaziamento de todas as causas de exclusão de ilicitude.

**38. Para que haja relevância penal a conduta típica deve ser exteriorizada seja de ordem comissiva seja de ordem omissiva. Com outras palavras, faz-se o que é proibido ou não se faz o que era devido.**

**Com relação ao tema, indique a afirmativa correta.**

(A) O movimento reflexo, a hipnose e o sonambulismo não afastam a conduta.

(B) Os crimes omissivos não admitem a forma tentada.

(C) Os crimes omissivos exigem para a sua consumação resultado naturalístico.

(D) O Art. 13, § 2º, do Código Penal ostenta a natureza de norma de extensão.

**39. Com relação à aplicação da lei penal, assinale a afirmativa incorreta.**

(A) A lei mais favorável é de aplicação imediata, inclusive no período de *vacatio*.

(B) Havendo decisão transitada em julgado, cabe ao juiz da execução aplicar a lei mais favorável.

(C) Reconhecida a *abolitio criminis*, causa de extinção da punibilidade, os efeitos penais se apagam, permanecendo os efeitos civis.

(D) Normas penais em branco são aquelas em que há necessidade de complementação por outra norma de mesma fonte legislativa.

**40. Roberto estava dirigindo seu automóvel quando perdeu o controle da direção e subiu a calçada, atropelando dois pedestres que estavam parados num ponto de ônibus. Nesse contexto, levando-se em consideração o concurso de crimes, assinale a opção correta, que contempla a espécie em análise:**

(A) concurso material.

(B) concurso formal próprio ou perfeito.

(C) concurso formal impróprio ou imperfeito.

(D) crime continuado.

**Empresarial**

**41. Acerca da aprovação do plano de recuperação judicial, podemos afirmar que:**

(A) O Juiz e o Promotor de Justiça não podem se imiscuir no mérito da viabilidade econômica e financeira do plano de recuperação aprovado pelos credores.

(B) Caberá ao juízo da recuperação, para fins de homologação, avaliar eficiência do plano de recuperação apresentado pelo devedor e aprovado pelos credores, tendo em vista o princípio da preservação da empresa.

(C) Poderá o juiz homologar o plano de recuperação, ainda que os credores o tenham rejeitado, desde que se prove que não há possibilidade de acordo e que a fórmula apresentada pelo devedor atenda aos princípios da preservação da empresa e da proteção aos trabalhadores.

(D) O plano de recuperação judicial objetado por algum credor só poderá ser homologado pelo juízo após ampla cognição pelo rito ordinário previsto no código de processo civil.

**42. Assinale a alternativa correta em relação aos conceitos de empresa e empresário no Direito Empresarial.**

(A) Empresa é a sociedade com ou sem personalidade jurídica; empresário é o sócio da empresa, pessoa natural ou jurídica com responsabilidade limitada ao valor das quotas integralizadas.

(B) Empresa é qualquer atividade econômica destinada à produção de bens; empresário é a pessoa natural que exerce profissionalmente a empresa e tenha receita bruta anual de até R$ 100.000,00 (cem mil reais).

(C) Empresa é a atividade econômica organizada para a produção e/ou a circulação de bens e de serviços; empresário é o titular da empresa, quem a exerce em caráter profissional.

(D) Empresa é a repetição profissional dos atos de comércio ou mercancia; empresário é a pessoa natural ou jurídica que pratica de modo habitual tais atos de comércio.

**43. Feijó recebeu de Moura um cheque com cruzamento especial no valor de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais). Acerca das disposições legais que disciplinam tal espécie de cheque, assinale a afirmativa correta.**

(A) O cheque com cruzamento especial pode ser pago em dinheiro no estabelecimento contra o qual foi sacado ou mediante apresentação a uma câmara de compensação.

(B) O cruzamento especial não pode ser convertido em geral e a inutilização do cruzamento ou a do nome do banco é reputada como não existente.

(C) A aposição de vários cruzamentos especiais invalida o cheque, exceto se o portador, no primeiro cruzamento, indicar o mesmo banco que o sacado.

(D) O cheque com cruzamento especial obriga o sacado a debitar a quantia indicada no título da conta do emitente e a reservá-la em benefício do portador legitimado, durante o prazo de apresentação.

**44. Uma letra de câmbio no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais) foi endossada por Pilar com cláusula de mandato para o Banco Poxim S/A. Não tendo havido pagamento no vencimento, a cambial foi apresentada a protesto pelo endossatário mandatário, tendo sido lavrado e registrado o protesto pelo tabelião. Dez dias após o protesto, Rui Palmeira, aceitante da letra de câmbio, compareceu ao tabelionato e apresentou declaração de anuência firmada apenas pelo endossante da letra de câmbio, com identificação do título e firma reconhecida. Não houve apresentação do título no origina em sua cópia.**

**À luz das disposições da Lei nº 9.492/97 sobre o cancelamento do protesto, é correto afirmar que o tabelião:**

(A) não poderá realizar o cancelamento do protesto por faltar no documento apresentado a anuência do endossatário mandatário.

( B) não poderá realizar o cancelamento do protesto, porque esse ato é privativo do juiz, diferentemente da sustação do protesto.

(C) poderá realizar o cancelamento do protesto, porque é suficiente a declaração de anuência firmada pelo endossante-mandante.

(D) poderá realizar o cancelamento do protesto, porque o pedido foi feito no prazo legal (30 dias) e pelo aceitante, obrigado principal.

**45. José adquiriu dois refrigeradores a prazo numa das filiais de Comércio de Eletrodomésticos Ltda., tendo efetuado pagamento de entrada no valor de 50% do preço. Foi decretada a falência da vendedora e esta não entregou a mercadoria. Interpelado o administrador judicial, este resolveu não executar o contrato. De acordo com as informações do enunciado e as disposições da Lei nº11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação de Empresas), assinale a afirmativa correta.**

(A) O comprador poderá pedir ao juiz da falência a reserva do valor de seu crédito.

(B) O comprador poderá pedir a restituição em dinheiro do valor pago a título de entrada.

(C) O comprador poderá ajuizar ação em face da massa para o cumprimento compulsório do contrato.

(D) O comprador terá seu crédito relativo ao valor pago habilitado como quirografário na falência.

**Direito e Processo Civil**

**46. Inácio faleceu deixando R$100.000,00 em dívidas no Banco Sorridente S/A e R$80.000,00 em bens. A partilha foi feita, em partes iguais, a seus 4 filhos. Realizada a partilha, o Banco Sorridente ajuizou ação de cobrança contra os filhos de Inácio, que:**

(A) respondem, individualmente, até o montante de R$ 25.000,00, cada.

(B) respondem, individualmente, até o montante de R$ 20.000,00, cada.

(C) respondem, solidariamente, até R$ 80.000,00.

(D) não respondem pelas dívidas deixadas pelo pai, cuja personalidade se extinguiu com o falecimento.

**47. Um hacker invadiu o sistema eletrônico de uma instituição financeira e desviou créditos de algumas contas. Cientes, todos os clientes envolvidos acionaram judicialmente a instituição postulando a reparação por danos materiais e morais. Diante da narrativa, assinale a opção CORRETA.**

(A) Com base na responsabilidade objetiva, a instituição financeira foi condenada a reparar os danos materiais e morais sofridos pela cliente Marinete, embora ela, antes da ação do hacker, já registrasse saldo negativo na sua conta especial.

(B) Todas as ações foram julgadas improcedentes, pois a instituição financeira comprovou que o desvio tinha ocorrido por ação praticada por terceiro estranho ao seu quadro de funcionários, não podendo ela ser responsabilizada sem culpa.

(C) Todas as ações foram julgadas improcedentes, com suporte na excludente de responsabilidade objetiva do caso fortuito, consistente na invasão de seu sistema pelo hacker.

(D) Foram julgadas totalmente procedentes todas as ações em que foi demonstrado o dano decorrente do episódio, pois incidia, no caso, a responsabilidade objetiva fundada no risco da atividade normalmente praticada pela instituição financeira.

**48. De acordo com o Código Civil, o pagamento efetuar-se-á:**

(A) onde melhor atender o interesse do credor, salvo convenção em sentido contrário.

(B) sempre no domicílio do devedor, salvo, apenas, disposição legal em sentido contrário.

(C) no local convencionado, mas o pagamento feito reiteradamente em outro local faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.

(D) no domicílio do credor, salvo convenção em contrário.

**49. Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, é correto afirmar:**

(A) a correção a texto de lei em vigor não é considerada lei nova.

(B) a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia nos Estados estrangeiros três meses depois de sua publicação oficial.

(C) se antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto destinada a correção, ainda que mantida a *vacatio legis*, o início de sua vigência ocorrerá no dia da nova publicação.

(D) quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a equidade e os princípios gerais de direito.

**50. Com base no posicionamento consolidado na jurisprudência do C. STJ quanto aos atos jurídicos lícitos e ilícitos, negócios jurídicos e contratos em geral, assinale a opção correta.**

(A) A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data de seu arbitramento.

(B) O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atinja a maioridade é automático.

(C) É abusiva a cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias nos contratos de locação.

(D) A fiança prestada sem a autorização de um dos cônjuges implica a invalidade parcial da garantia.

**51. Marcelo ajuizou ação indenizatória contra a empresa Pente Fino S/A, após o rompimento de um contrato pactuado entre as partes, pretendendo o pagamento de R$ 50.000,00. A empresa, citada para responder aos termos da demanda, apresentou contestação impugnando os fatos alegados na inicial, bem como reconvenção, cobrando uma quantia inadimplida por Marcelo, equivalente a R$10.000,00. Após o regular processamento do feito o juiz competente julga parcialmente procedente o pedido inicial e improcedente ao pedido reconvencional para condenar a empresa ao pagamento de indenização em favor de Marcelo no valor de R$ 20.000,00. Inconformado, Marcelo apela dentro do prazo legal. Intimado para apresentar contrarrazões ao recurso interposto pela parte contrária, a empresa apresenta recurso adesivo, o qual foi recebido. Durante o trâmite recursal no Tribunal de Justiça, Marcelo desiste do recurso interposto. Neste caso,**

(A) o recurso adesivo não será conhecido, sem qualquer consequência para os litigantes.

(B) apenas o recurso adesivo será conhecido e julgado pelo Tribunal.

(C) o recurso principal e o adesivo serão necessariamente julgados pelo Tribunal, uma vez que a parte não pode desistir de um recurso interposto.

(D) o recurso principal e o adesivo serão necessariamente julgados pelo Tribunal, uma vez que desistência do recurso principal só é admitida se não houver interposição de recurso adesivo.

**52. Raíssa ajuizou ação de indenização contra Renê, postulando uma indenização no valor de R$ 500.000,00, decorrente de dano causado em imóvel residencial, o qual foi julgado procedente. Iniciada a fase de cumprimento de sentença, não são localizados bens passíveis de constrição judicial em nome do devedor, que possui apenas um bem imóvel em seu nome, exatamente onde reside com a família. Raíssa começa a diligenciar e apura que durante o trâmite processual Renê vendeu para terceiros um imóvel e um veículo. Neste caso, noticiado e provado o fato no processo, o juiz deverá reconhecer a fraude à execução e considerar o ato do executado como atentatório à dignidade da justiça, condenando-a ao pagamento de multa, exigível na própria execução, NÃO superior a:**

(A) 30% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do exequente.

(B) 20% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do exequente.

(C) 10% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do exequente.

(D) 1% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do exequente.

**53. André, pessoa capaz, foi revel em ação na qual Pedro formulou pedido de condenação. André não possui patrono nos autos. Em razão da revelia,**

(A) a pretensão de Pedro será necessariamente acolhida, pois a revelia induz presunção absoluta de veracidade dos fatos afirmados na inicial.

(B) o Juiz deverá nomear curador especial para André, o qual poderá contestar por negativa geral, invertendo-se o ônus da prova.

(C) os prazos, em relação a André, correrão independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório no órgão oficial.

(D) se André vier a intervir no processo, o Juiz deverá dar nova oportunidade para apresentação de contestação.

**54. De acordo com Código de Processo Civil, a cumulação de pedidos,**

(A) é admitida, mesmo que cada pedido corresponda a um tipo diverso de procedimento, se o autor empregar o procedimento comum.

(B) é sempre possível, independentemente do procedimento adotado, por configurar hipótese de economia e agilidade processuais.

(C) não é possível, porque cada um deles exige rito próprio e singular, sem possibilidade de adaptação processual.

(D) é possível, como regra geral, contra o mesmo réu, em um único processo, desde que entre eles haja conexão, necessariamente.

**55. Daniel e Carlos celebraram contrato de compra e venda, a prestação, de um veículo. Pedro deixou de pagar as prestações e Daniel moveu ação de cobrança. Pedro, ajuizou uma ação de rescisão de contrato, por vício redibitório. Nesse caso, há, entre as ações propostas,**

(A) continência.

(B) conexão.

(C) litispendência.

(D) coisa julgada.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Joana afirma que trabalha como ascensorista de centro de saúde hospitalar, em cabine de elevador, pequeno e fechado, exposta a agentes biológicos nocivos à saúde, além, de contato com pacientes portadores das mais diversas doenças infectocontagiosas, acomodando-os no interior dos elevadores e conduzindo-os até o destino, segurando as macas, cadeiras de rodas e suporte de soro, estando sujeita à transmissão por contato (direto ou indireto) e pelo ar, e, pretende o recebimento de adicional de insalubridade. O Hospital alega que Joana não tem direito, tendo em vista não ser profissional de saúde, além exercer profissão que tem regulamentação própria e pelo fato de que o contato com os agentes biológicos e os pacientes é meramente intermitente. No caso narrado, o direito alegado:**

(A) não pode ser reconhecido, pois somente médicos e enfermeiros têm direito a adicional de insalubridade.

(B) não pode ser reconhecido, pois o contato com os pacientes não se dá de forma direta e continua.

(C) pode ser reconhecido, pois o caráter intermitente do trabalho executado em condições insalubres não afasta o direto à percepção do adicional.

(D) pode ser reconhecido, pois trata-se de direito assegurado a todos os empregados de hospitais, independentemente das atividades executadas.

**57. Sobre a Gratificação de Natal, assinale a alternativa CORRETA:**

(A) a primeira parcela deve ser paga entre os meses de fevereiro e novembro, a critério do empregador, salvo se o empregado, até o mês de janeiro, solicitar que esta parcela coincida com suas férias.

(B) sendo solicitado pelo trabalhador até o mês de janeiro, a segunda parcela deve ser paga juntamente com a remuneração das férias, desde que estas já tenham sido programadas.

(C) o empregador pode definir a época da primeira parcela, desde que entre os meses de fevereiro e novembro, devendo o pagamento ser feito a todos os empregados na mesma data.

(D) deve ser paga em duas parcelas, a primeira juntamente com as férias do empregado e a segunda até o dia 20 de dezembro.

**58. A nova legislação relativa aos trabalhadores domésticos estabelece:**

(A) Considera-se o trabalho em regime de tempo parcial para o trabalhador doméstico aquele cuja duração não exceda vinte e cinco horas semanais.

(B) A duração normal do trabalho doméstico não excederá oito horas diárias e quarenta horas semanais, com remuneração de hora extraordinária de cinquenta por cento superior ao valor da hora normal.

(C) Poderá ser instituído o regime de compensação de horas trabalhadas somente por acordo escrito firmado com a chancela de agente da Delegacia Regional do Trabalho ou pelo Sindicato da Categoria Profissional.

(D) O trabalho não compensado prestado em domingos e feriados para o empregado que mora no local de trabalho deverá ser remunerado com o acréscimo de cinquenta por cento sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.

**59. Ocorre a suspensão dos efeitos do contrato de trabalho em caso de:**

(A) férias anuais remuneradas.

(B) aposentadoria por invalidez.

(C) ausência ao serviço por 03 dias consecutivos em virtude de casamento.

(D) no dia em que o trabalhador estiver comprovadamente realizando exame vestibular para ingresso em ensino superior.

**60. Sobre a regulamentação do aviso prévio:**

(A) o prazo de aviso prévio para os contratos por prazo determinado de 2 anos será de até 60 dias, ou seja, 30 para cada ano completo ou fração superior a seis meses.

(B) a falta de aviso prévio por parte do empregado confere ao empregador o direito de descontar a metade dos salários correspondentes ao prazo respectivo.

(C) o aviso prévio será concedido na proporção de 30 dias aos empregados que contem com até 1 ano de serviço na mesma empresa, sendo acrescidos 3 dias por ano prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 dias, perfazendo um total de 90 dias.

(D) em caso de rescisão indireta do contrato de trabalho por justa causa cometida pelo empregador não será devido o aviso prévio.

**61. De acordo com jurisprudência consolidada do C. TST, na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios observará os seguintes critérios, EXCETO:**

(A) não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte, concomitantemente: a) estar assistida por sindicato da categoria profissional; b) comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.

(B) Nas lides que derivem de relação de emprego, a responsabilidade pelo pagamento dos honorários advocatícios da sucumbência submete-se à disciplina do Código de Processo Civil.

(C) Em caso de assistência judiciária sindical ou de substituição processual sindical, excetuados os processos em que a Fazenda Pública for parte, os honorários advocatícios são devidos entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

(D) Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, aplicar-se-ão os percentuais específicos de honorários advocatícios contemplados no Código de Processo Civil.

**62. A Taylor Transportes Ltda, empresa privada, foi condenada em ação trabalhista, com trânsito em julgado. Estando garantida a execução ou penhorados bens do devedor, terá a executada o prazo para embargos de:**

A) 20 dias.

B) 15 dias.

C) 10 dias.

D) 05 dias.

**63. Segundo as normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho quanto ao processo judiciário do trabalho,**

(A) terá preferência em todas as fases processuais o dissídio cuja decisão tiver de ser executada perante o Juízo da falência.

(B) os prazos processuais contam-se sem exclusão do dia de início ou vencimento, não são contínuos e somente aqueles que se vencerem em domingo ou feriado, terminarão no primeiro dia útil seguinte.

(C) a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, mesmo que beneficiária de justiça gratuita.

(D) o Ministério Público do Trabalho não terá isenção de custas processuais se for sucumbente em ação civil pública movida na Justiça do Trabalho.

**64. Em se tratando de competência territorial das Varas do Trabalho, a regra geral prevista na Consolidação das Leis do Trabalho é fixada:**

(A) pelo local onde foi realizada a contratação do empregado.

(B) pelo domicílio civil do empregador, quando esse for pessoa física.

(C) pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.

(D) pela matriz da empresa pública, na capital do Estado onde é a sede do Tribunal Regional.

**65. Dentre as espécies recursais previstas na CLT encontramos o agravo de instrumento que é cabível em:**

(A) 8 dias, das decisões terminativas do Juiz na fase de execução da sentença que tenha transitado em julgado, desde que delimitada as matérias e valores impugnados.

(B) 10 dias, das decisões definitivas ou terminativas das Varas do Trabalho nos dissídios individuais do rito sumaríssimo.

(C) 8 dias, das decisões das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho que divergirem entre si ou forme contrárias a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

(D) 8 dias, dos despachos que denegarem interposição de recursos.

**Direito Tributário**

**66. A imunidade recíproca impede que:**

(A) o Município cobre IPTU dos Estados e da União.

(B) o Município cobre a taxa de licenciamento de obra da União.

(C) o Estado cobre contribuição de melhoria em relação a bem do Município valorizado em decorrência e obra pública.

(D) o Estado cobre tarifa de água consumida em imóvel da União.

**67. Visando fomentar a indústria brasileira, uma nova lei, publicada em 18.02.2010, majorou a alíquota da CIDE combustíveis, bem como majorou a alíquota do Imposto sobre Importação (II). A partir de que data a nova alíquota poderá ser exigida para o CIDE e para o II?**

(A) Imediatamente para ambos.

(B) No exercício financeiro seguinte para ambos.

(C) 90 dias após a publicação da lei para o IPI e imediatamente para o IE.

(D) 90 dias após o exercício financeiro seguinte para o IPI e no exercício financeiro seguinte para o IE.

**68. A Lei X, promulgada em 20 de outubro de 2008, determinou a majoração do ICMS. Já a Lei Y, promulgada em 16 de novembro de 2009, reduziu o ISS de serviços de telecomunicação. Por fim, o Decreto Z, de 8 de dezembro de 2007, elevou o IOF para compras no exterior. Diante dessas hipóteses, é correto afirmar que:**

(A) o ICMS poderá ser cobrado somente quando decorridos 90 dias da publicação da Lei X, ao passo que os novos valores do ISS e do IOF poderão ser cobrados a partir da publicação dos diplomas legais que os implementaram.

(B) todos os impostos mencionados no enunciado somente poderão ser cobrados no exercício financeiro seguinte à publicação do diploma legal que os alterou por força do princípio da anterioridade.

(C) na hipótese do enunciado, tanto o ISS como o ICMS estão sujeitos ao princípio da anterioridade nonagesimal, considerada garantia individual do contribuinte cuja violação causa o vício da inconstitucionalidade.

(D) o IOF, imposto de cunho nitidamente extrafiscal, em relação ao princípio da anterioridade, está sujeito apenas à anterioridade nonagesimal, o que significa que bastam 90 dias da publicação do decreto que alterou sua alíquota para que possa ser cobrado.

**69. O município de Niterói decide contestar judicialmente a cobrança do ICMS discriminada na fatura da conta de luz do imóvel onde funciona a sede da prefeitura, alegando a condição de ente político para livrar-se da exação. A demanda da municipalidade deverá ser:**

(A) acolhida, em razão da imunidade recíproca, que impede que os entes da federação instituam impostos sobre bens e serviços uns dos outros.

(B) rejeitada, pois na situação apresentada o município se apresenta na condição de contribuinte de direito do ICMS.

(C) acolhida, pois a empresa concessionária prestadora do serviço de fornecimento de energia não tem competência para cobrar ICMS.

(D) rejeitada, pois o município não goza de imunidade com relação a imposto que incide apenas indiretamente sobre seus bens e serviços.

**70. Suponha que determinada Medida Provisória editada pela Presidenta da República, em 09.2012, estabeleça, entre outras providências, o aumento para as diversas faixas de alíquotas previstas na legislação aplicável ao IPI. Nesse caso, com base no sistema tributário nacional, tal Medida Provisória.**

(A) não violaria o princípio da legalidade e produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

(B) violaria o princípio da legalidade, por ser incompatível com o processo legislativo previsto na Constituição Federal/1988.

(C) não violaria o princípio da legalidade e produzirá efeitos a partir de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua publicação.

(D) não violaria o princípio da legalidade e só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente à data de sua conversão em lei.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |